

Seminário APFAC “Regulamento dos produtos da construção. As novas exigências para a Marcação CE”

No dia 20 de Outubro teve lugar o seminário com o tema “Regulamento dos produtos da construção. As novas exigências para a marcação CE”. Uma parceria da APFAC - Associação Portuguesa dos Fabricantes de Argamassas e ETICS e do CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, numa reflexão sobre as alterações decorrentes da substituição da Directiva Europeia dos Produtos da Construção pelo Regulamento dos Produtos da Construção.



Victor Ferreira, Plataforma para a Construção Sustentável;
Mário Lobo, da DGAE - Direcção-Geral das Actividades Económicas;
Carlos Duarte, APFAC; Baio Dias, CTCV.

O início e apresentação deste seminário ficaram a cargo dos representantes das entidades parceiras, através de **CARLOS DUARTE**, Presidente da APFAC, e **BAIO DIAS**, do CTCV, como também de Mário Lobo, da DGAE - Direcção-Geral das Actividades Económicas.

A “Directiva versus Regulamento - O que vai mudar”, foi o tema apresentado por **ARMANDO DE MELO ARRUDA**, da DGAE, referindo o regulamento (UE) nº 305/2011, com as principais alterações: de terminologia, definição e avaliação; e medidas a adoptar.

De facto são relevantes as mudanças previstas para Julho de 2013 no que respeita aos requisitos básicos das obras de construção, à declaração de desempenho, à marcação CE, à designação de “Pontos de Contacto de Produto”, aos deveres dos operadores económicos; à utilização de documentação técnica adequada e à avaliação e verificação da regularidade do desempenho.

Como nota final, aviso para a obrigatoriedade de utilização do regulamento em todos os Estados-Membros, embora a sua regulamentação seja nacional. Nesse sentido “a DGAE está a preparar o projecto de legislação nacional necessário à correcta aplicação do Regulamento”.

Pelo IPQ - Instituto Português da Qualidade, **MARIA JOÃO VENCESLAU** falou sobre “A normalização de produtos da construção”, tendo em conta as novas exigências para a marcação CE. Fez uma breve apresentação do Instituto, enquanto Organismo Nacional de Normalização (ONN), da estrutura nacional de normalização e das organizações internacionais e europeias de normalização.

De seguida, Maria João Venceslau caracterizou as normas europeias harmonizadas e a sua estrutura, destacando a importância de vigilância dos mercados, assegurando o cumprimento de normas e certificações, expondo ainda uma análise da situação normativa em Portugal, no que diz respeito às versões portuguesas desta mesmas normas.

ODETE FERNANDES, do LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, efectuou a sua intervenção sobre o tema “Novas regras europeias para os produtos da construção”, com uma abordagem à marcação CE e às Declarações de Desempenho, com as suas diversas particularidades, nomeadamente pela necessidade de essas Declarações de Desempenho, emitidas pelas fabricantes, acompanharem cada produto.

A propósito do Organismo de Avaliação Técnica Europeia abordou os Requisitos Básicos das obras de construção, em especial o nº 3 “Higiene, saúde e ambiente”, o nº 4 “Segurança e acessibilidade na utilização” e o nº 7 “Utilização sustentável dos recursos naturais”, bem como os principais impactos destas alterações.

Após um coffee-break, a sessão retomou com o tema “Sustentabilidade - uma oportunidade para acrescentar valor”, apresentado por **JOSÉ DE MATOS**, Secretário-Geral da APCMC - Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção.

No seu entender, é urgente que as empresas promovam a inovação com valor, através duma estratégia reconhecida como “oceano azul”, em substituição da estratégia “oceano vermelho”, alinhando todo o sistema de actividades na procura simultânea da diferenciação e baixo custo, com quatro campos de acção apontados como “criadores” da nova curva de valor: redução, criação, elevação e eliminação.



Baio Dias, CTCV;
Armando de Melo Arruda, DGAE



Comparativamente com os “oceanos vermelhos”, o lançamento de novos negócios pela estratégia “oceanos azuis” permitirá um maior impacto sobre os lucros, como conclui José de Matos.

“A sustentabilidade e os produtos da construção” foram os temas que se seguiram pela voz de **VICTOR FERREIRA**, Presidente da Plataforma para a Construção Sustentável, uma entidade que pretende funcionar como rede de cooperação de todo o cluster habitat, tendo como factor comum a sustentabilidade.

A sustentabilidade deve estar em harmonia com questões ambientais, sociais e económicas. Neste contexto, a escolha dos materiais torna-se essencial para, em conjunto com outras premissas, alcançar projectos sustentáveis. É nesse sentido que surge o DAPHabitat, um sistema de registo nacional de declarações ambientais de produto para o habitat, que interligado com uma rede europeia de operadores, funcionará como ferramenta importante como elemento diferenciador, na melhoria e valorização dos produtos.

Como nota final, referiu que “a Plataforma está aberta a todos que pretendam utilizar o tema da sustentabilidade como mote para a inovação”.

A última intervenção coube a **MARTA SILVA**, da Certif, que abordou o tema “A importância da avaliação da conformidade”. Como introdução referiu os vários aspectos gerais da marcação CE, tendo em conta a directiva produtos da construção (89/106/CEE), o regulamento produtos da construção (EU) n.º 305/2011 e as normas europeias harmonizadas.

De seguida apresentou um quadro sobre a certificação e as diferentes realidades, com exemplos para a marcação CE, a certificação de produto e de sistemas de gestão, e analisou o processo de avaliação. A terminar apresentou a Certif e os produtos para os quais está notificada.



Baio Dias, CTCV; José de Matos, APCMC – Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção



Mário Lobo da DGAE - Direcção-Geral das Actividades Económicas; Carlos Duarte, APFAC; Baio Dias, CTCV.